



Pinga Fogo

Participe do Pinga Fogo. Envie seu comentário para pingafogo@ftmrs.org.br

Arrocho não!

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é medido pelo IBGE desde 1979. Ele é obtido a partir dos Índices de Preços ao Consumidor regionais e tem como objetivo oferecer a variação dos preços no mercado varejista, mostrando, assim, o aumento do custo de vida da população. No dia a dia, porém, as famílias brasileiras sabem que muitas vezes o custo de vida é maior do que a inflação divulgada.

No mês de junho o INPC nacional fechou em 0,77%, enquanto em Porto Alegre ficou em 0,88%. Os grupos que registraram as altas mais intensas na capital gaúcha foram: vestuá-

rio (1,38%), artigos de residência, como eletrodomésticos, (1,18%) e alimentação e bebidas (1,16%).

Em relação ao Brasil, o cenário negativo é causado principal-

mente pelos aumentos da conta de luz, 60,42% no período de 12 meses, dos combustíveis e da passagem de ônibus, segundo IPCA - IBGE.

O aumento do custo de vida superior

ao reajuste salarial reduz o poder de compra dos trabalhadores, principalmente da população mais pobre. O que pode resultar em arrocho salarial e endividamento das famílias.

**NÃO PODEMOS DAR
UM REAJUSTE QUE
CUBRA A INFLAÇÃO!**



Reposição da inflação é essencial para os trabalhadores

No Brasil, desde 1994, a partir do Plano Real, não há legislação específica que defina a obrigatoriedade de reajuste salarial com reposição da inflação. A maneira que os trabalhadores

têm de recuperar perdas salariais acumulada em 12 meses é através de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho, que acontece uma vez ao ano. A categoria metalúrgica do Rio Grande do Sul, com

data-base em maio, está em campanha salarial buscando, no mínimo, a reposição da perda acumulada que ficou em 8,34% no período (de maio de 2014 a abril de 2015).

Não há de se

aceitar menos que isso, sob pena de os trabalhadores comprometerem o suprimento de necessidades básicas como alimentação e moradia, itens bastante afetados pelo aumento dos preços.

Grécia diz “não” à austeridade

No dia 5 de julho de 2015 o governo grego, em um ato que simbolizou a valorização da democracia levou a população às urnas para votar se aceitariam ou não as medidas de ajustes exigidas para a renegociação de sua dívida com os credores internacionais, representados pelo FMI, Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, apelidados de Troika.

Na avaliação do governo, essas medidas,

que diziam respeito à reforma do sistema previdenciário, aumento de impostos e dos preços da energia, levariam a um ajuste recessivo, desencadeando o crescimento do desemprego e o aprofundamento da recessão, além de serem pouco efetivas na resolução do problema financeiro do país, já que a renegociação asseguraria o financiamento por somente cinco meses.

A resposta vinda

da população foi exemplar e histórica para o mundo. Em um contexto em que o capital financeiro não produtivo, dita regras aos países pobres do que entendem por políticas econômicas saudáveis, mas que só beneficiam uma elite financista tecnocrata, o “não” ganhou com 61,3% dos votos.

A decisão do povo grego foi balizada por um estudo realizado pelo Comitê pela Audito-

ria da Dívida Grega, em que participou a brasileira Maria Lúcia Fattorelli, auditora aposentada da Receita Federal e fundadora do movimento “Auditoria Cidadã da Dívida”.

A resposta grega leva à reflexão sobre a política econômica de austeridade adotada no Brasil, em que o corte de R\$70 bilhões de reais no orçamento recaiu principalmente sobre a classe trabalhadora.

Operação Zelotes: CPI ouve envolvidos

Deflagrada em março, a Zelotes resultou na descoberta de uma fraude que pode chegar a R\$ 19 bilhões. Entre 2005 e 2013, as empresas subornavam integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para serem absolvidas do pagamento de impostos ou reduzirem de forma significativa o valor a ser pago. Também, teria ocorrido manipulação em julgamentos.

Inexplicavelmente, a Zelotes não entusiasma o Poder Judiciário, os grandes meios de comunicação e outros órgãos envolvidos na in-

vestigação, que mostram passividade para que o caso se arraste e não tenha repercussão na sociedade. Por que será?

A CPI, que foi criada em maio pelo Senado, pediu a quebra dos sigilos bancário e telefônico do executivo da Mitsubishi e a convocação de outros empresários para depor, inclusive dos grupos RBS e Gerdau.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realizará em agosto uma audiência pública sobre o tema na Assembleia Legislativa do RS.

Papa critica capitalismo e prega mudanças

Na última semana, durante o 2º Encontro Mundial de Movimentos Populares, em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), o Papa Francisco fez um duro discurso político referindo se ao sistema econômico como “ditadura sutil”. Ele fez um alerta para a necessidade de “mudanças de estruturas mundiais” e convocou os movimentos sociais a três grandes tarefas na economia, na união entre os povos e na preservação do meio ambiente.

O pontífice res-

saltou que a economia não deve ser mecanismo de acumulação. “A sua finalidade não é unicamente garantir o alimento ou um decoroso sustento. Não é sequer, embora fosse já um grande passo, garantir o acesso aos “3 T” (terra, teto e trabalho) pelos quais combateis. Uma economia verdadeiramente comunitária – poder-se-ia dizer, uma economia de inspiração cristã – deve garantir aos povos dignidade, prosperidade e civilização em seus múltiplos aspectos”.



Publicação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul e sindicatos filiados

Endereço da FTMRS: Rua Voluntários da Pátria, 595, 10º andar, sala 1007 - Centro - Porto Alegre/RS - Fone/Fax: 51 3228-4877
Presidente: Jairo Carneiro - Jornalista Responsável: Janaína C. Capeletti MTB 9869 - Colaboradores: Carina Weber, Cristina Vieceli, Geraldo Muzykant, Natália Dalla Nora, Renata Machado e Rita Garrido - Diagramação: Jean Lazarotto.